

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263II-063-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Mamoneira Agropastoril S/A
Natalândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mamoneira Agropastoril S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mamoneira Agropastoril S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós. O relatório de auditoria emitido em 1º de abril de 2025 continha um parágrafo de ênfase referente à reapresentação dos valores correspondentes, assunto que foi tratado pela administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem impacto nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Gabriela Garrido do Vale Mattos
Contadora CRC 1MG-092.478/O-8

Mamoneira Agropastoril S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.870	544
Clientes	4	2	97
Créditos diversos	-	9	7
Partes relacionadas	6	-	6.034
Total do ativo circulante		1.881	6.682
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	5	89	89
Imobilizado	7	26	48
Propriedades para investimento	8	629.714	622.390
Total do ativo não circulante		629.829	622.527
Total do ativo		631.710	629.209

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mamoneira Agropastoril S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	-	31	181
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	235	77
Adiantamento de clientes	11	7.918	-
Dividendos a pagar	12	15.053	-
Total do passivo circulante		23.237	258
Passivo não circulante			
Adiantamento de clientes	11	368.282	-
Tributos diferidos	10.1	213.614	211.130
Total do passivo não circulante		581.896	211.130
Patrimônio líquido			
	13		
Capital social	13.1	3.709	5.680
Reserva legal	13.2	539	1.136
Reserva de lucros	13.2	22.329	411.005
Total do patrimônio líquido		26.577	417.821
Total do passivo e patrimônio líquido		631.710	629.209

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	5.072	9.833
Custos	16	(11)	-
Lucro bruto		5.061	9.833
Despesas e receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	16	(852)	(1.123)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	7.475	401.579
Total das receitas (despesas) operacionais		6.623	400.456
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		11.684	410.289
Resultado financeiro	18	212	37
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.896	410.326
Imposto de renda e da contribuição social corrente	19	(630)	(1.106)
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	19.1	(2.484)	(136.539)
Lucro líquido do exercício		8.782	272.681
Quantidade de ações	13.3	3.709	5.680
Lucro líquido do exercício por ação		2,37	48,01

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	8.782	272.681
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	8.782	272.681

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.680	936	4.865	144.813	-	155.294
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	272.681	272.681
Constituição da reserva legal	13.2	-	200	-	-	(200)	-
Destinação para reserva de lucros	13.2	-	-	7.436	265.045	(272.481)	-
Aumento do capital social	13.1	1.000	-	-	-	-	1.000
Distribuição de dividendos	13.2	-	-	(11.154)	-	-	(11.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.680	1.136	1.147	409.858	-	417.821
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.782	8.782
Constituição da reserva legal	13.2	-	439	-	-	(439)	-
Destinação para reserva de lucros	13.2	-	-	-	8.343	(8.343)	-
Redução do capital social	13.1	(1.971)	(1.036)	-	-	-	(3.007)
Distribuição de dividendos	13.2	-	-	(1.147)	(395.872)	-	(397.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.709	539	-	22.329	-	26.577

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.896	410.326
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciações	7	25	32
Baixa líquida do ativo imobilizado	7	1	-
Baixas de investimentos	-	-	4
Variação valor justo propriedade para investimentos	8	(7.324)	401.482
Aumento (redução) nos ativos			
Clientes	4	95	11
Créditos diversos	-	(2)	(3)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	-	(150)	155
Impostos pagos (IR/CS)	19	(630)	(1.106)
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	158	7
Adiantamento de clientes	11	376.200	3
Caixa e equivalentes gerado pelas atividades operacionais		380.269	7.941
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Partes relacionadas	6	6.034	2.284
Adições do ativo imobilizado	7	(4)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		6.030	2.284
Caixa e equivalentes das atividades de financiamento			
Redução do capital social	13.1	(3.007)	1.000
Dividendos pagos	12 e 13	(381.966)	(11.154)
Caixa e equivalentes aplicado nas atividades de financiamento		(384.973)	(10.154)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.326	71
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3	544	473
No final do exercício	3	1.870	544
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.326	71

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Mamoneira Agropastoril S/A (Companhia) foi constituída em 20 de agosto de 1984 na forma de sociedade limitada, sendo transformada em sociedade anônima em agosto de 2009, tendo como objeto social das atividades agrícolas ou pastoris, como: bovinocultura, suinocultura, apicultura, sericultura, piscicultura, cultura de solo, extração vegetal, inclusive o arrendamento, locação e administração de áreas rurais.

A Companhia tem sede no Município de Natalândia – MG, denominada Fazenda Mamoneira, s/n, zona rural.

A Mamoneira Agropastoril S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.006.219/0001-05, e Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 30.271.287/0001-55, resolveram, de comum acordo, proceder à Cisão Parcial (“Cisão Parcial”) da Mamoneira com versão da totalidade do patrimônio cindido para a integralização de capital da MDA em 1º de junho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foi firmado o contrato de venda e compra de ações, correspondendo a 45% do total de ações ordinárias emitidas em circulação da Companhia, celebrados entre a vendedora AGFA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a compradora GTR Brasil Participações Ltda. Com a entrada do novo acionista, foi estabelecido entre as partes, a finalização da operação de confinamento e recria de gado em 11 de dezembro de 2018, passando a Mamoneira Agropastoril S/A a ter como atividade principal o arrendamento de terras para silvicultura e pasto.

A Mamoneira Agropastoril S/A tinha como sócia a GTR Brasil Participações Ltda com participação de 45% do seu capital social. Em 30 de maio de 2025, a GTR aperfeiçoou com a Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA o contrato de venda e compra de ações, pelo qual cedeu a totalidade da sua participação na Mamoneira.

Logo após essa mudança societária, a Companhia celebrou um Contrato de Cessão do Direito Real de Superfície com a Mogno das Alterosas, pelo prazo de 50 anos, prorrogáveis por mais 50 anos. A Mogno das Alterosas poderá utilizar o IMÓVEL para atividades do agronegócio (agrícola e industrial), incluindo, mas não se limitando às atividades florestais, agrícolas, pecuárias e demais que lhe estejam relacionadas, direta ou indiretamente, gozando plenamente de todos os direitos e possibilidades inerentes ao Direito Real de Superfície.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos técnicos, nas orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 07 de abril de 2026.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.1.5. Reclassificação de saldos do exercício comparativo

A Administração efetuou, no exercício comparativo, reclassificação entre linhas da Demonstração dos Fluxos de Caixa referente a transações com partes relacionadas, anteriormente apresentadas nas atividades de financiamento, para as atividades de investimento, a fim de melhor refletir a natureza das transações e assegurar a comparabilidade com os saldos de 31 de dezembro de 2025. A Administração entende que a apresentação atual é a mais apropriada para representar adequadamente sua posição patrimonial e financeira.

2.2. Principais práticas contábeis materiais

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros são valor justo por meio do resultado”. A abertura destas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

c) Clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo arrendamento de terras para silvicultura e pasto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de contrato de arrendamento de terras para silvicultura e pasto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Mensalmente, a Companhia realiza a análise de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e provisiona 100% de todos os valores vencidos há mais de 180 dias.

d) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) ou para aluguel. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação, e depois amortizadas com base em sua vida útil econômica. Podendo subsequentemente ser mensuradas ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do item (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o item é baixado.

A Companhia decidiu alterar a forma de mensuração das propriedades para investimento de custo para valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas a seguir:

	2025 e 2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos.	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	04 anos
Máquinas agrícolas	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

f) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no regime de lucro presumido, conforme legislação tributária vigente no Brasil.

Nesse regime, a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é determinada mediante a aplicação de percentuais de presunção sobre a receita bruta auferida no período.

Considerando que as atividades operacionais da Companhia são predominantemente relacionadas à arrendamento e cessão de direito real de superfície, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo presumida do IRPJ e da CSLL.

As receitas financeiras são acrescidas sobre a base presumida apurada trimestralmente e aplicadas as seguintes alíquotas:

- **IRPJ:** 15% sobre a base de cálculo presumida, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R\$ 60.000,00 por trimestre;
- **CSLL:** 9% sobre a base de cálculo presumida.

i) Tributação diferida sobre propriedades para investimento

Os impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis ao regime de apuração do lucro presumido, conforme regime adotado pela Companhia na data-base das demonstrações contábeis.

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido sobre o valor justo da propriedade para investimento demonstrada na Nota Explicativa nº 19, esperando liquidar esse passivo diferido em uma transação de venda futura.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

j) Impostos sobre faturamento

As receitas de arrendamento e cessão de direito real de superfície estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social – PIS (0,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins (3,00%).

A administração adota o regime de competência para tributação do lucro presumido, tributando suas receitas no período em que são geradas, independentemente do recebimento financeiro.

k) Instrumentos financeiros e derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

l) Reconhecimento de receita

A receita de arrendamento de terras para silvicultura e pasto é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o arrendatário.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa.

n) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, se aplicável, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

o) Lucro básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o exercício correspondente ao resultado. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

2.3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias anuais nas normas contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	29	166
Aplicações financeiras	1.841	378
Total	1.870	544

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados pela variação mínima de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 e (100,5% em 2024). Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, sem qualquer ônus.

4. Clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Clientes a vencer	-	90
Vencidos		
Até 30 dias	-	3
De 31 a 90 dias	-	3
De 91 a 180 dias	2	1
Total	2	97

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (*)	89	89
Total	89	89

(*) Crédito remanescente da atividade de criação de gado bovino. Após a alteração da atividade principal, as compensações são pontuais.

6. Partes relacionadas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Partes Relacionadas		
Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A	-	6.034
Total	-	6.034

7. Imobilizado

Descrição	% - Taxa anual	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Custo					
Veículos	20%	226	-	-	226
Direito de uso de software	25%	7	-	-	7
Máquinas agrícolas	10%	2	-	(2)	-
Equipamentos	10%	245	-	(71)	174
Móveis e utensílios	10%	2	4	-	6
Equipamentos de informática	20%	17	-	(11)	6
Total custo		499	4	(84)	419
(-) Depreciação acumulada	-	(451)	(25)	83	(393)
Valor residual ativo imobilizado		48	(21)	(1)	26

Descrição	% - Taxa anual	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo					
Veículos	20%	226	-	-	226
Direito de uso de software	25%	7	-	-	7
Máquinas agrícolas	10%	2	-	-	2
Equipamentos	10%	245	-	-	245
Móveis e utensílios	10%	2	-	-	2
Equipamentos de informática	20%	17	-	-	17
Total do custo		499	-	-	499
(-) Depreciação acumulada	-	(419)	(32)	-	(451)
Valor residual ativo imobilizado		80	(32)	-	48

A Companhia não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que identificassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

8. Propriedades para investimentos

Descrição	31/12/2024	Movimentação AVJ	31/12/2025
Propriedade para Investimento			
Fazenda Riacho dos Cavalos e Mamoneira	622.390	7.324	629.714
Total	622.390	7.324	629.714

Descrição	31/12/2023	Movimentação AVJ	31/12/2024
Propriedade para Investimento			
Fazenda Riacho dos Cavalos e Mamoneira	220.908	401.482	622.390
Total	220.908	401.482	622.390

As propriedades para investimento estão registradas a valor justo, sendo o valor determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores externos e independentes.

A Companhia realizou a avaliação dos imóveis rurais junto a empresa Roldtec Engenharia Ltda. O valor justo do terreno (terra) foi determinado mediante a pesquisa imobiliária na comercialização de terrenos na região de localização da Fazenda, utilizando o método comparativo de dados de mercado, concluindo que o valor de mercado dos 14.292 hectares é de R\$ 615.962 (seiscentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e dois mil). Para as construções divididas em edificações e benfeitorias, o método utilizado foi de quantificação do custo e as suas depreciações, através de vistorias e medições, determinando o valor justo de R\$ 13.752 (treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil).

Analisando todos os fatores influenciáveis, seja ele de natureza social, econômica, governamental, física ou natural inclusive tendência do mercado local, foi concluído que o justo valor do imóvel à data da avaliação é de R\$ 629.714 (seiscentos e vinte e nove milhões, setecentos e quatorze mil).

As movimentações estão demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2024	Movimentação AVJ	31/12/2025
Terrenos	609.196	6.766	615.962
Edificações e Benfeitorias	13.194	558	13.752
Total	622.390	7.324	629.714

Descrição	31/12/2023	Movimentação AVJ	31/12/2024
Terrenos	214.393	394.803	609.196
Edificações e Benfeitorias	6.515	6.679	13.194
Total	220.908	401.482	622.390

9. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis em andamento. Está discutindo essas questões tanto na esfera administrativas como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Com base em informações de seus assessores legais, a Companhia não possui ações em curso classificadas como prováveis, portanto não constituiu provisão.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui um montante de R\$ 495 de processos consideradas como risco possível com base na avaliação dos assessores jurídicos (R\$ 478 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Trabalhista		
Férias	-	30
INSS e FGTS a recolher	1	6
IRRF a recolher	-	1
Total	1	37
Tributário		
IRPJ/ CSLL	209	32
Outras	25	7
Total	234	39
Total	235	77

10.1. Tributos diferidos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Tributário		
IRPJ/ CSLL diferido	213.614	211.130
Total	213.614	211.130
Total	213.614	211.130

11. Adiantamento de clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A	376.200	-
Total	376.200	-
Circulante	7.918	-
Não circulante	368.282	-

A Mamoneira Agropastoril S.A. tem como modelo de negócio principal a cessão onerosa do Direito Real de Superfície sobre suas propriedades rurais.

Em junho de 2025, a Companhia celebrou contrato com a Mogno das Alterosas S.A., cedendo o direito de superfície sobre área de 14.293 hectares pelo prazo inicial de 50 anos (prorrogável por igual período). O valor total contratado de R\$ 395.871, deste valor, R\$ 15.053 encontra-se retido, condicionado à conclusão do processo de resgate arqueológico (P.A. IPHAN/MG nº 01514.000027/2014-89), R\$ 380.818 foi integralmente recebido como adiantamento de clientes e será baixado conforme reconhecimento das receitas. O valor total do contrato será reconhecido linearmente como receita ao longo do período de vigência.

12. Dividendos a pagar

Descrição	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Destinação distribuição de dividendos	397.019	11.154
Dividendos pagos	(381.966)	(11.154)
Total	15.053	-

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2025, e devidamente arquivada na Junta Comercial em 05 de agosto de 2025, sob o nº 254882358, foi deliberada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.180, passando de R\$ 5.680 para R\$ 500. Os efeitos contábeis da referida redução foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 30 de maio de 2025, a GTR se retirou da sociedade e transferiu a totalidade de suas ações para a companhia Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA conforme termo de transferência.

Em Assembleia Geral realizada em 23 de setembro de 2025 foi aprovado um aumento do capital social da Companhia em R\$ 3.209, ficando o capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, passando de R\$ 500 para R\$ 3.709, representados por 3.709 ações ordinárias e sem valor nominal, sendo R\$ 1.036 reversão de reserva legal, transação não caixa a Companhia.

Capital social em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	%	Ações	Capital social
TGF Participações S/A	55	2.040	2.040
Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA	45	1.669	1.669
Total	100	3.709	3.709

Capital social em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	%	Ações	Capital social
TGF Participações S/A	55	3.124	3.124
GTR Brasil Participações Ltda.	45	2.556	2.556
Total	100	5.680	5.680

13.2. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	8.782	272.681
Reserva legal	(439)	(200)
Reserva de lucros	411.005	149.678
Lucro base para dividendos	419.348	422.159
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(104.837)	(105.540)
Distribuição de dividendos	(397.019)	(11.154)
Reserva de retenção de lucros	22.329	411.005

13.3. Resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores das ações ordinárias e a quantidade das ações utilizada para calcular o lucro líquido básico por ação:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	8.782	272.681
Quantidade de ações ordinárias	3.709	5.680
Lucro líquido básico por ação - R\$	2,37	48,01

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Não houve remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia nos exercícios de 2025 e 2024.

15. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta (i)	5.266	10.209
(-) PIS	(34)	(67)
(-) Cofins	(158)	(309)
(-) ICMS	(2)	-
Impostos incidentes	(194)	(376)
Receita operacional líquida	5.072	9.833

(i) A Receita operacional bruta é composta pelo reconhecimento mensal da Cessão de Direito Real de Superfície para a Mogno das Alterosas e arrendamento do pasto junto ao Leandro Pinto da Silva e Manoel Carlos Alves da Cunha.

16. Custos, Despesas administrativas, comerciais e gerais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos de venda	(11)	-
Despesas com pessoal	(299)	(413)
Água, luz e telefone	(14)	(26)
Manutenção de veículos	(80)	(65)
Depreciação	(25)	(32)
Serviços de terceiros	(258)	(182)
Despesas tributárias	(92)	(171)
ITR	-	(172)
Material de consumo	(29)	(30)
Outras despesas	(55)	(32)
Total custos	(11)	-
Total despesas gerais	(852)	(1.123)
Total	(863)	(1.123)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, desde 11 de dezembro de 2018 a Companhia tem como atividade principal o arrendamento de terras para silvicultura e pasto. Atualmente, a Companhia tem dois contratos vigentes, o arrendamento de superfície junto à Mogno das Alterosas, para plantio de mogno e o arrendamento do pasto junto ao Leandro Pinto da Silva e Manoel Carlos Alves da Cunha.

Conforme contrato celebrado entre as partes, todos os custos sobre essas operações são de responsabilidade dos arrendatários. No entanto, houve uma revenda eventual de Madeira no ano de 2025.

17. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de despesas	151	97
Ajuste ao valor justo de propriedades para investimento (Nota Explicativa nº 8)	7.324	401.482
Total	7.475	401.579

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(2)
Total	(2)	(2)
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	214	39
Total	214	39
Efeito líquido de resultado financeiro	212	37

19. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia é optante pelo lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de vendas de mercadorias e serviços recebidos	5.253	5.253	10.288	10.288
(+) Adições e exclusões	-	-	-	-
(=) Total da receita com venda de produtos	5.253	5.253	10.288	10.288
Percentual aplicado sobre a receita	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo 32%	1.681	1.681	3.292	3.292
(=) Base de cálculo	1.681	1.681	3.292	3.292
(+) Receitas financeiras	237	237	29	29
(=) Base de cálculo	1.918	1.918	3.321	3.321
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15%	9%	15%	9%
(=) Despesa com imposto presumido	(288)	(174)	(498)	(299)
Adicional do imposto de renda				
Base de cálculo adicional do IR	1.678	-	3.081	-
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	-	10%	-
Total adicional do IRPJ	(168)	-	(309)	-
Despesa com imposto presumido	(456)	(174)	(807)	(299)

19.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
AVJ - Fazenda Riacho dos Cavalos e Mamoneira	7.324	7.324	401.584	401.584
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15%	9%	15%	9%
(=) Despesa com tributos diferidos	1.099	659	60.238	36.143
Adicional do imposto de renda				
Base de cálculo adicional do IR	7.264	-	401.584	-
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	-	10%	-
Total adicional do IRPJ	726	-	40.158	-
Despesa com imposto diferido	1.825	659	100.396	36.143
Total	1.825	659	100.396	36.143

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido sobre o valor justo da propriedade para investimento demonstrada na Nota Explicativa nº 8, esperando liquidar esse passivo diferido em uma transação de venda futura.

20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia analisou sua exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Riscos de mercado (incluindo juros e câmbio)

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

21. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão da reserva legal	(1.036)	-
Capital social	1.036	-
Deliberação de dividendos a pagar AGE de 15 de dezembro de 2025	15.053	-
Reserva de lucros a realizar	(15.053)	-

22. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria. Destaque-se a retenção de R\$ 15.053 do adiantamento recebido pela Cessão Real de Direito de Superfície, condicionada à verificação do processo de resgate arqueológico (P.A. IPHAN/MG nº 01514.000027/2014-89). O referido processo recebeu parecer favorável para liberação dos valores, publicado no Diário Oficial da União em 25 de julho de 2025, encontrando-se o saldo pendente de homologação final.